

Edital SUR-RS n. 01, de ____ de janeiro de 2010.

O Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no uso de suas atribuições legais constantes do art. 18, inciso V, do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e tendo em vista o disposto na alínea “a”, do item 4.1 combinado com o item 11, ambos da Resolução do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Conmetro – nº 11, de 12 de outubro de 1988, torna pública as alterações abaixo do Edital SUR-RS n.º 02, – INMETRO, de 26 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2009, Seção 3, páginas 116 a 117, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

Art.1º Alterar a redação da letra “g”, do item 2.2.2 do Anexo A do Edital SUR-RS n.º 02/2009 acima mencionado, nos seguintes termos:

(...)

g) área de escape (de segurança) ao final da pista de ensaio, com comprimento mínimo de 5 m (cinco metros), visivelmente identificada como área em que o veículo posicionado no simulador de pista não deve alcançar enquanto seu instrumento estiver sendo submetido aos ensaios, podendo estar incluída no comprimento exigido para a pista de ensaio.

Art. 2º Acrescer ao Edital SUR-RS n.º 02, de 26 de agosto de 2009, o Anexo D, que dispõe sobre o procedimento de selagem em cronotacógrafos.

Art. 3º Este edital entrará em vigor, na data de sua publicação.

João Alziro Herz da Jornada
Presidente do INMETRO

ANEXO D – DO PROCEDIMENTO DE SELAGEM

1. A realização da selagem prevista neste edital poderá ser realizada em 02 (duas) etapas distintas, nos seguintes termos:

1.1. Primeira Etapa: afixação dos selos, adesivos e acrílicos, na forma estabelecida nas respectivas portarias de aprovação de modelo de instrumento e execução de testes metrológicos preliminares, definidos no Anexo C do edital, a partir da qual poderá ser solicitada a emissão do respectivo Certificado Provisório Auto Declarado de Verificação Metrológica ao Inmetro.

1.2. Segunda Etapa: (a) realização de exame da conformidade do instrumento ao modelo aprovado pelo Inmetro; (b) confirmação da correção do plano de selagem; (c) declaração de inexistência de indícios que comprometam ou possam comprometer a confiabilidade metrológica do instrumento, a partir da qual poderá ser solicitada a emissão do respectivo Certificado Provisório de Verificação Metrológica ao Inmetro.

2. As pessoas jurídicas, públicas ou privadas, prestadoras de serviço de transporte; fabricantes; montadoras e encarregadoras de veículos e/ou suas concessionárias e demais responsáveis por frotas de veículos equipados com cronotacógrafos estão autorizadas, através de suas oficinas cadastradas, a realizar a Primeira Etapa da selagem nos cronotacógrafos dos veículos pertencentes à frota pela qual são ou se encontram responsáveis.

2.1. Esta autorização está condicionada à formalização de pedido de cadastramento da oficina junto ao Inmetro, para a realização da Primeira Etapa da selagem dos instrumentos instalados nos veículos de sua frota, instruído com os seguintes documentos e informações:

I – termo de responsabilidade, no qual assumirá inteira e total responsabilidade por ações ou omissões que se constituam em irregularidade metrológica, devidamente apurada em conformidade com a legislação pertinente;

II – local de operação dos veículos da frota (nos casos em que os mesmos tiverem movimentação restrita);

III – declaração de que dispõe de técnico qualificado, ferramental adequado e bancada eletrônica calibrada para testes em cronotacógrafos, necessários para a correta manutenção de seus instrumentos;

IV – comprovação de endereço da oficina, informando o local da realização da Primeira Etapa da selagem;

V – anuência expressa da utilização dos selos que recebeu do Inmetro exclusivamente nos instrumentos instalados em veículos pertencentes a sua frota própria ou que estão sob sua responsabilidade;

VI – noticiar ao Inmetro, nas condições por este determinada, todos os selos que afixou ou retirou dos instrumentos.

3. Os postos de selagem cadastrados estão autorizados a realizar a Primeira Etapa da selagem (item 1.1 do presente Anexo) de todos os modelos de cronotacógrafo aprovados pelo Inmetro, bem como solicitar a emissão do Certificado Provisório Auto Declarado de Verificação Metrológica ao Inmetro.

4. A Segunda Etapa da selagem deverá ser realizada por oficina autorizada pelo responsável pela aprovação de modelo de instrumento cadastrada pelo Inmetro como posto de selagem ou em posto de verificação pertencente a órgão delegado do Inmetro, integrante da RBMLQ-I tecnicamente qualificados para tal.

5. Os estabelecimentos previamente autorizados, definidos no item 2 (dois) deste Anexo, poderão solicitar ao Inmetro a emissão do Certificado Provisório Auto Declarado de Verificação Metrológica dos cronotacógrafos, quando realizarem a Primeira Etapa da selagem, utilizando-se da auto declaração da conformidade, assumindo o declarante a responsabilidade sobre a aptidão do uso dos instrumentos por ele selados.

5.1 O prazo de validade concedido para este certificado será de, no máximo, 3 (três) meses a contar da data da emissão.

5.2 Os certificados somente serão emitidos pelo Inmetro após a comprovação: (a) da quitação da Guia de Recolhimento da União – GRU, referente à taxa de serviços metrológicos; (b) da análise e aprovação dos resultados dos testes metrológicos preliminares realizados no instrumento pelo solicitante.

5.3 Ao solicitar a emissão do certificado, o posto de selagem ou a oficina cadastrada estará declarando que:

I - o instrumento no qual afixou os selos se encontra em conformidade com a legislação metrológica vigente, e não apresenta sinais de violação ou irregularidade que possam comprometer seu regular funcionamento;

II - as informações prestadas por ocasião da solicitação de emissão do certificado, bem como aquelas relativas ao controle dos referidos selos são corretas, responsabilizando-se por qualquer equívoco ou fraude que venha a ser identificada no instrumento abrangido pela selagem que realizou, fato que, se comprovado, poderá acarretar no cancelamento da autorização aqui prevista;

III – está ciente de que a incorreção de qualquer informação prestada por ocasião da solicitação, inclusive numeração de selos e tipo de redutor utilizado, torna sem efeito o certificado emitido.

5.4 Nos casos de veículos novos, em que a Primeira Etapa da selagem for realizada em montadoras, encarregadoras ou concessionárias, o Certificado Auto Declarado somente poderá ser solicitado após a comercialização e a identificação do proprietário do veículo, situação em que o solicitante torna-se responsável pelas informações declaradas ao Inmetro,

6. As autorizações dispostas nos itens 2 (dois) e 5 (cinco) deste Anexo somente serão concedidas a título precário, podendo ser revogadas ou suspensas em qualquer ocasião, a critério do Inmetro, não cabendo a este qualquer responsabilidade ou obrigação em decorrência da medida adotada.

7. Sempre que o estabelecimento autorizado à solicitação de emissão de Certificado Provisório Auto Declarado identificar irregularidade na utilização de um cronotacógrafo deverá, de imediato, comunicar o fato ao Inmetro, sob pena de revogação da sua autorização, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades previstas na legislação vigente.

7.1 Estes estabelecimentos responderão solidariamente com o detentor do instrumento por irregularidade metrológica, quando direta ou indiretamente participarem em evento contrário às disposições legais pertinentes.

8. Para efeito de reparo em cronotacógrafo, os estabelecimentos cadastrados poderão, mediante anuência do responsável pelo veículo, obliterar o selo afixado no

instrumento, desde que: a) informe a numeração ao Inmetro, b) substitua-o por novo selo e, c) encaminhe o instrumento para ensaio e consecução da Segunda Etapa da selagem nos postos de ensaio credenciados pelo Inmetro, conforme o definido em edital.

8.1 A indevida desinterdição de cronotacógrafo ou violação de selos sujeitará o responsável às penalidades previstas no artigo 8º da Lei 9.933/99 e demais sanções legais.

9. Qualquer intervenção que resulte em obliteração de selagem destinada à proteção de componentes, cuja manipulação possa resultar em alteração das medições registradas implicará, automaticamente, na invalidação do certificado, devendo o instrumento ser submetido a nova verificação subsequente.

10. A substituição dos selos afixados na conexão do cronotacógrafo ao veículo, comumente entre o instrumento e a caixa de marcha, não justifica a exigência de nova verificação metrológica.

11. Os postos de selagem cadastrados autorizados para solicitação de emissão de Certificado Provisório de Verificação, auto declarados ou não, e os postos de ensaio credenciados, aptos a realizarem a Segunda Etapa da selagem não poderão efetuar qualquer cobrança pela afixação dos selos e realização dos testes metrológicos preliminares, bem como devem:

I – examinar e atestar a correção do plano de selagem e a integridade do instrumento, em especial quanto aos itens de segurança do instrumento, incluindo: análise do acesso ao mecanismo de ajuste e da regulagem do instrumento e a inexistência de ligações e/ou conexões não previstas na portaria de aprovação de modelo do instrumento;

II - manter intacto o instrumento submetido ao serviço de terceiro, inclusive a selagem, para que, em caso de necessidade de ações corretivas, fique identificado o responsável pelas mesmas e para garantir sua isenção no processo de selagem;

III – se abster de realizar serviços, através de sua oficina de manutenção, cadastrada como posto de selagem, que comprometam ou desqualifiquem os serviços de terceiros que deram origem à selagem.

IV – examinar a conformidade ao modelo aprovado pelo Inmetro dos instrumentos que lhes forem apresentados e, em caso afirmativo, atestar esta conformidade nos termos definidos pelo Inmetro.

V - em caso de qualquer não conformidade, comunicar ao interessado e ao Inmetro, por escrito, solicitando que a mesma seja sanada por quem deu causa, restando, neste caso, responsabilização ao posto de selagem ou oficina cadastrada responsável pela Primeira Etapa da selagem por qualquer problema relacionado com o funcionamento do instrumento, assim como por eventual reprovação por ocasião dos ensaios.

VI - comunicar ao Inmetro, por escrito, quando, para o cumprimento do exame da conformidade ao modelo aprovado por ocasião da Segunda Etapa da selagem, for necessária a substituição de selos afixados por terceiros.

12. Nos casos em que, ao final do prazo de validade do Certificado Provisório Auto Declarado de Verificação Metrológica, ficar comprovada a inviabilidade da realização da Segunda Etapa de selagem em razão da inexistência de estabelecimento apto à realização da mesma, poderá ser solicitada à Diretoria de Programas e Inovação da Superintendência do Inmetro no Estado do Rio Grande do Sul a prorrogação do prazo de validade do referido certificado provisório, por prazos sucessivos de até 3 (três) meses, desde que o prazo total das sucessivas prorrogações não supere o prazo de validade do certificado definitivo previsto na legislação metrológica.

13. Nos casos em que, ao final do prazo de validade do Certificado Provisório de Verificação Metrológica, ficar comprovada a inviabilidade da realização dos ensaios para a consecução da verificação metrológica subsequente em razão da inexistência de posto de ensaio credenciado, poderá ser solicitada à Diretoria de Programas e Inovação da Superintendência do Inmetro no Estado do Rio Grande do Sul a prorrogação do prazo de validade do referido certificado provisório, por prazos sucessivos de até 3 (três) meses, desde que o prazo total das sucessivas prorrogações não supere o prazo de validade do certificado definitivo previsto na legislação metrológica.

14. Para os locais em que não houver viabilidade econômica e/ou operacional de instalação de posto credenciado para realização dos ensaios metrológicos com simulador de pista, o Inmetro poderá autorizar, através de ato próprio, os postos credenciados a utilizarem os ensaios definidos em NIE-Dimel específica, em substituição aos ensaios metrológicos realizados em simulador de pista, para fins de solicitação de emissão de certificado definitivo.

15. O modelo do termo de responsabilidade a ser assinado pelo representante do estabelecimento autorizado, para solicitação de emissão do certificado provisório para cronotacógrafos, assim como toda a documentação e informações necessárias para o atendimento deste edital será disponibilizada, também, através do sítio www.inmetro.rs.gov.br/cronotacografo.

16. O estabelecimento autorizado que descumprir qualquer das disposições metrológicas aplicáveis às atividades de selagem de cronotacógrafo, terá sua autorização imediatamente cancelada.

17. A autorização para realização de selagem dos instrumentos em nada se aplica à manutenção ou reparo dos instrumentos.

18. A responsabilidade das informações declaradas ao Inmetro, previstas neste Anexo, especialmente aquelas relacionadas com afixação dos selos e testes metrológicos preliminares, serão de inteira responsabilidade dos declarantes.

19. Os casos omissos, bem como as disposições complementares que se fizerem necessárias, serão resolvidos em ato próprio. As infrações e dispositivos deste Anexo e normas complementares baixadas pelo Inmetro, sujeitarão o infrator às penalidades previstas na Lei 9.933/99.